



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
Chefia Gabinete

Ofício FHEMIG/CHEFIA GABINETE nº. 23/2022

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2022.

Senhora

Renata Couto Silva de Faria

Procuradora-Chefe da Procuradoria de Demandas Estratégica- PDE/AGE

Advocacia-Geral do Estado

Assunto: Ofício n. 14923/2022, Processo TCEMG 969697 e Recursos Ordinários nº 1084584 e 1084613

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 2270.01.0002149/2020-11].

Senhora Procuradora-Chefe,

Tendo em vista o despacho (55280083) que deferiu a dilação do prazo por mais 30 dias para o atendimento do Ofício n. 14923/2022 (52896858), no qual o Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG – solicita a esta Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig que *"informe a este Tribunal, por meio de prova documental, se a GIEFS continua a ser paga fazendo distinção de Nível de Pontos por Servidor (NPS) baseada no cargo ocupado, conforme previsto nas Portarias Presidenciais ns. 729/10, 728/12 e 1098/15, bem como se a minuta de projeto de lei alterando a disciplina da referida gratificação já foi encaminhada ao Poder Legislativo, e em qual estágio de tramitação se encontra"*, e em atendimento ao Ofício AGE/PDE nº. 773/2022 (55276956), apresentamos, a seguir, as medidas já adotadas no âmbito desta Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e aquelas que pretende adotar com vistas a dar efetivo cumprimento à referida decisão.

A Fhemig foi criada pela [Lei Estadual nº 7.088, de 3 de outubro de 1977](#), a partir da fusão da Fundação Estadual de Assistência Leprocomial – Feal, da Fundação Educacional e de Assistência Psiquiátrica – Feap – e da Fundação de Assistência Médica e de Urgência – Feamur. A Fundação tem como competência oferecer atendimento de média e alta complexidade, fundamentado no cuidado humanizado e integral ao usuário do SUS, por meio de unidades assistenciais organizadas, e participar da formulação, do acompanhamento e da avaliação da política de gestão hospitalar, em consonância com as diretrizes definidas pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais – SES-MG.

Reconhecida nacionalmente por diversos serviços prestados à população mineira, a Fhemig conta com mais de 13 mil profissionais e, conforme [Decreto Estadual nº 47.852, de 30 de janeiro de 2020](#), possui 19 unidades assistenciais, distribuídas em Belo Horizonte, região metropolitana e no interior do estado, e também é responsável pelo MG Transplantes.

A Fundação disponibiliza atualmente 2.250 leitos em diversas especialidades e atingiu a marca de 605 leitos vocacionados aos casos de Covid-19, durante a pandemia. A instituição conseguiu responder rapidamente às necessidades da população, investindo de forma histórica em melhorias de seus processos de trabalho, na capacitação de seus servidores, em revitalizações estruturais, na renovação do parque tecnológico e na aquisição de itens essenciais.

Outro papel importante da Rede é a formação de profissionais qualificados. Em 2021, nos programas de residência, foram ofertadas 118 vagas na área profissional da saúde e 520 na área médica. Para estágio obrigatório foram oferecidas mais de 11.000 vagas, em níveis técnico e superior, seja para instituições de ensino públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos.

A relevância das atividades desempenhadas e a busca constante pela transparência orientaram os esforços da Fundação ao longo dos anos no sentido de dar efetivo cumprimento às legislações vigentes e orientações dos órgãos de controle, inclusive no tocante à distribuição da Gratificação de Incentivo à Eficientização dos Serviços – Giefs.

A Giefs foi instituída pela [Lei Estadual nº 11.406, de 28 de janeiro de 1994](#), alterada posteriormente pelas Leis Estaduais [nº 11.550, de 29 de julho de 1994](#), [nº 12.764, de 15 de janeiro de 1998](#), [nº 20.336, de 02 de agosto de 2012](#), e [nº 14.176, de 16 de janeiro de 2002](#). Essa gratificação é atribuída considerando o desempenho institucional, vinculado a metas de produtividade e de qualidade dos serviços prestados, bem como a participação individual do servidor, considerando seu esforço para a consecução das metas, à sua qualificação e à quantidade de trabalho efetivamente executado. Como não houve regulamentação em decreto estadual da Lei Estadual nº 11.406, de 1994, de forma a dar consistência à matéria, a Fhemig instituiu, por meio de portarias, critérios para a concessão e a operacionalização da gratificação.

Essa gratificação é concedida para estimular a eficiência no serviço, bem como para que as metas estipuladas pela Administração sejam atingidas. Com o objetivo de promover um maior comprometimento do servidor com o alcance das metas institucionais, a metodologia de cálculo definida pela Fundação prevê formas diferenciadas de acordo com a contribuição de cada servidor para gestão institucional e para a operacionalização de programas e projetos, ponderando o nível de responsabilidade que cada servidor assume diante de sua equipe. A concessão diferenciada por número de pontos por servidor foi utilizada pelas gestões da Fhemig para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados e a busca pela inovação, sendo fundamental para a manutenção dos gestores.

Além disso, para manter o adequado desempenho assistencial e institucional, a Fhemig instituiu o plantão estratégico. Ao remunerar o servidor por um plantão além da sua carga horária normal, diante da necessidade da cobertura de escala mínima e segura nas unidades assistenciais, o plantão estratégico é um instrumento de gestão da Fhemig. Ele garante a continuidade dos serviços de assistência à saúde dos usuários do SUS, pois permite à gestão dos hospitais promover a composição das escalas influenciadas por vários fatores do dia-a-dia do trabalho, como absenteísmo e turn over dos profissionais que compõem o quadro de pessoal da Fundação, bem como pelo déficit de profissionais médicos.

Assim sendo, o pagamento de Giefs e de plantões estratégicos conforme sistemática das vigentes [Portaria Presidencial nº 1172, de 26 de janeiro de 2016](#), e [Portaria Presidencial nº 1.468, de 17 de julho de 2018](#), está sendo realizado no exercício regular das atribuições constitucionais, legais ou regulamentares da Fhemig, na defesa do direito à saúde e do interesse público da fundação. Essas normas estão respaldadas por análises técnicas e jurídicas anteriores. Além disso, o pagamento de plantões estratégicos e de Giefs diferenciadas por Nível de Pontos por Servidor – NPS – tem sido praticado em administrações anteriores.

Com vistas à modernização da Lei Estadual nº 11.406, de 1994 e adequação de seu teor às necessidades assistenciais da Fundação e questionamentos de órgãos reguladores, a Fhemig realizou estudos com relação aos impactos da alteração da forma de pagamento dos plantões e da extinção do Nível de Pontos por Servidor (NPS) baseado no cargo ocupado, conforme Nota Técnica nº 4/FHEMIG/PRESIDENCIA/2022, anexada ao processo (54385865).

Dessa forma, a Fhemig, em conjunto com a Fundação Ezequiel Dias – Funed, a Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais – Hemominas, a Universidade Federal de Montes Claros – Unimontes – e a SES, propuseram - via projeto de lei - a padronização dos requisitos de concessão e a operacionalização da gratificação comum a essas entidades, incluindo o pagamento do plantão estratégico como forma de garantir a escala mínima essencial para a continuidade dos serviços de assistência aos usuários do SUS, e o pagamento diferenciado do servidor de acordo com sua participação na gestão institucional e na operacionalização de programas e projetos.

Essa minuta de projeto de lei altera a Lei Estadual nº 11.406, de 1994, normatiza o uso da gratificação em conformidade com a necessidade das entidades estaduais, sem modificar o montante de recursos destinados ao pagamento da gratificação (2260.01.0004342/2022-26).

Conforme determina o [Decreto Estadual nº 48.333, de 30 de dezembro de 2021](#), foi emitida, em 07/06/2022, nota técnica favorável (47728393) pela Diretoria Central de Cargos, Carreiras e Remuneração da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag, a qual possui a atribuição de analisar e emitir manifestação técnica sobre propostas relativas a estrutura de cargos, de planos de cargos e de carreiras, remuneração, direitos e vantagens do servidor e de contratados temporários, nos termos do inciso III do art. 32 do [Decreto Estadual nº 47.727, de 02 de outubro de 2019](#). Em atendimento à recomendação da Assessora Jurídica da Seplag de 20/06/2022, a Funed encaminhou o expediente à Advocacia-Geral do Estado em 10/10/2022.

Atualmente, a minuta de projeto de lei encontra-se em análise pela Consultoria Jurídica – AGE/CJ (55091165). Posteriormente, ela será enviada à Consultoria-Técnica Legislativa para apreciação e instrução do projeto de ato legislativo. Atendidos os requisitos legais e regulamentares, o Governador poderá elaborar mensagem à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Almg – encaminhando o projeto de lei quando da abertura da sessão legislativa de 2023 (fevereiro).

Assim, a proposta dessa Fundação é a atuação conjunta com a Seplag e a Secretaria de Estado de Governo – Segov na articulação técnica e política com a Almg, especialmente com o Presidente e os membros das Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Saúde, para tramitação legislativa do projeto de lei. Considerando os prazos do processo legislativo definidos no Regimento Interno da Almg, em princípio, a Fhemig acredita que seria razoável estimar que a realização de aprimoramentos e a votação da proposta pelos parlamentares ocorram até o término da sessão legislativa em 20 de dezembro de 2023.

Em paralelo ao esforço de atualização da legislação das Giefs com vistas a sua aproximação à realidade e às necessidades do bem do serviço público, estão sendo ponderadas outras propostas: i) o credenciamento de médicos para a prestação de serviço de plantão presencial; ii) a seleção de entidade privada sem fins lucrativos para formalização de contrato de gestão com organização social – OS – com objeto gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde; iii) a proposição da instituição de serviço social autônomo – SSA – para formalização de contrato de gestão com SSA para a implementação de ações de interesse coletivo; iv) a negociação com a Seplag de reestruturação de cargos; e v) a realização de concurso público para provimento de cargos públicos da Fhemig. Essas propostas serão detalhadas a seguir.

No tocante ao procedimento auxiliar de credenciamento, uma vez aprimorado e consolidado o modelo, com número significativo de médicos particulares credenciados, estuda-se um momento de transição entre o suprimimento da escala por meio de plantão estratégico para o credenciamento.

Ao mesmo tempo, para melhorar os resultados assistenciais e garantir recursos humanos nos hospitais, a Fhemig está adotando medidas para a formalização de contratos de gestão com OSs, nos termos da [Lei Estadual nº 23.081, de 10 de agosto de 2018](#), a qual instituiu o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para Entidades do Terceiro Setor. Estão em andamento esforços para seleção pública de entidade sem fins lucrativos, qualificada ou que pretenda qualificar-se como Organização Social do Estado de Minas Gerais, para celebrar contrato de gestão, com objeto: GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO e EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE. Também está em apreciação pelo Poder Executivo proposta de anteprojeto de lei autorizando o Poder Executivo a instituir serviços sociais autônomos, de natureza paraestatal, para atuação como ente de cooperação do Estado na prestação de serviços públicos de saúde, de forma exclusiva e gratuita aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, com o objetivo de promover ações complementares às políticas públicas de saúde no Estado (2270.01.0053828/2021-20)

Vale observar que o contrato de gestão com OS e o contrato de gestão com SSA são instrumentos jurídicos que garantem a prestação de serviços públicos com qualidade, mantendo a titularidade do serviço com a Fhemig. Além dos esperados ganhos de eficiência e melhorias assistenciais na unidade cujos serviços sejam descentralizados, por meio da contratualização por metas, da maior

autonomia administrativa, da especialização e da proximidade com a política pública, a OS e o SSA deverão assegurar corpo clínico adequado para a unidade assistencial.

Portanto, a implantação de parceria com OS e a instituição e formalização de contrato de gestão com SSA possibilitarão à Fhemig atender às crescentes necessidades da população sem depender da adesão a plantões estratégicos e de Giefs diferenciadas na unidade cujo serviço for descentralizado.

Além disso, o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para Entidades do Terceiro Setor, cujo objetivo é a efficientização da assistência na Fhemig, abre a oportunidade de reestruturação dos cargos hoje existentes. À medida que serviços de unidades forem descentralizados para OS ou SSA, será possível à Fhemig propor para a Seplag a alteração do quantitativo e da distribuição de cargos de provimento em comissão e funções gratificadas hospitalares no âmbito da Fundação, com redistribuição dos DAIs unitários e funções anteriormente ocupados na unidade descentralizada para outros hospitais da Rede. Assim, será possível recompor o valor dos cargos atuais de outras unidades. Mais uma vez, esse processo é gradual e requer a implantação do Programa e disponibilização dos cargos, concomitantemente à redefinição dos cargos.

Paralelamente às tratativas sobre o projeto de lei para atualização da legislação sobre as Giefs, ao credenciamento de profissionais médicos para a prestação de serviço de plantão presencial de 12 horas e aos estudos para descentralização de serviços para OSs e SSAs, a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, em conjunto com a Seplag, estuda a possibilidade de adequação das funções gratificadas da Fhemig.

Cabe lembrar que, atualmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe limites legais para as alterações de remuneração. Não obstante, foram iniciadas discussões com a Seplag sobre eventuais propostas legislativas, a serem apresentadas quando da melhoria do cenário fiscal, com vistas a possibilitar a adequada remuneração de gestores hospitalares considerando os salários atualmente praticados no mercado de saúde, inclusive em outros hospitais da rede pública.

Também é essencial destacar a autorização do Comitê de Orçamento e Finanças (Of. Cofin nº 0455/2022, de 21/03/2022, 43774830) de concurso público para provimento de 2.820 vagas, sendo 802 para médicos. A Comissão instituída pela [Resolução Conjunta Seplag/Fhemig nº 10.643, de 16 de setembro de 2022](#), está finalizando o termo de referência para contratação da empresa organizadora do concurso. Contudo, considerando as etapas de um concurso público, a recomposição do quadro de pessoal da Fhemig demandará um tempo extenso – a duração do processo de provimento, levantado pela Diretoria Central do Recrutamento e Seleção – DCRS – da Seplag, é de 569 dias.

Diante do exposto e conforme Nota Técnica nº 4/FHEMIG/PRESIDENCIA/2022 (54385865), a Fhemig tem adotado e estudado propostas para dar efetivo cumprimento à decisão do Egrégio TCEMG. Contudo, a alteração imediata na prática administrativa do uso Giefs, tanto com relação aos plantões estratégicos quanto na remuneração dos gestores, implicará elevado risco de desassistência aos usuários SUS, e não é prudente, portanto, ser realizada sem as devidas medidas mitigadoras.

Com o objetivo de esclarecer os riscos assistenciais vinculados à alteração imediata da forma de pagamento dos plantões para serviço extraordinário e à extinção do NPS baseado no cargo ocupado, em 03/10/2022, foi realizada reunião desta Fhemig com o Conselheiro Relator do TCEMG, com participação do Advogado-Geral do Estado e do Secretário-Adjunto da SES-MG.

Na ocasião, foi esclarecido que os plantões estratégicos custam hoje uma média de R\$600 mil por mês, o que corresponde a 1% da receita que vem sendo arrecadada pela Fhemig mensalmente. Ao comparar os valores pagos pelo mercado (média de R\$ 1.440,00), àqueles pagos a título de plantão estratégico (R\$ 1.000,00 e R\$ 1.125,00) e o valor de serviço extraordinário calculado para 12 horas extras (R\$ 798,14), existe uma alta probabilidade de redução drástica da adesão de profissionais aos plantões, visto que passariam a receber um valor 45% abaixo da média paga pelos demais hospitais. Além disso, no caso da exclusão dos plantões estratégicos ocorreria um déficit preliminarmente insanável nas escalas assistenciais no montante de, ao menos, 7.165 horas mensais. Por conseguinte, há o risco de colapso do sistema hospitalar da rede Fhemig por falta de médicos, deixando milhares de pacientes internados desassistidos e com evidente risco à vida.

Também houve a tratativa com o TCEMG sobre o impacto da extinção do NPS e da adoção de distribuição igualitária da Giefs. O servidor hoje sem GIEFS diferenciada que, em média, ganha R\$328,00 a título dessa gratificação, passaria a ganhar R\$377,13 de Giefs. Considerando a remuneração média da Fhemig de R\$5.460,00, haveria um incremento de menos de 1% na remuneração de servidores beneficiados com a distribuição igualitária, ao custo de risco crítico à vida de muitos pacientes. Por outro lado, o valor pago a título de Giefs aos atuais gestores da Fundação alcança, em média, 50% de representatividade na composição da remuneração dos cargos de chefia, sendo, nesse caso, muito elevado o impacto negativo aos gestores. Dessa forma, a extinção desse pagamento diferenciado tem o potencial de ocasionar abandono dos cargos de gestão, uma vez que a remuneração seria incompatível às responsabilidades dos diretores, gerentes e coordenadores, especialmente considerando os salários mais atrativos praticados no mercado de saúde, inclusive os pagos a outros gestores hospitalares da rede pública em Belo Horizonte e região metropolitana.

Esta Fundação se compromete a informar à AGE e ao TCEMG o status da tramitação do projeto de lei e das outras medidas administrativas em março, junho, setembro e dezembro de 2023.

Caso a tramitação do projeto de lei na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais não avance no prazo estimado ou não surjam os efeitos esperados das citadas medidas administrativas complementares à atualização da legislação das Giefs, a Fhemig se compromete a definir, em conjunto com a Seplag, a AGE e a Controladoria-Geral do Estado, outras medidas alternativas para mitigação dos riscos vinculados à extinção do NPS e à revisão da sistemática de pagamento de plantões estratégicos.

Com reiterados protestos de estima e consideração, coloco-me à disposição.

Atenciosamente,

Renata Ferreira Leles Dias

Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais



Documento assinado eletronicamente por **Renata Ferreira Leles Dias, Presidente(a)**, em 11/11/2022, às 20:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **56166540** e o código CRC **DDF9A6F7**.